

SUMÁRIO

TJ-SP
Escrevente Técnico Judiciário
500 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	38

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO INTERNA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	11

MATEMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	21

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	22

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	19

SUMÁRIO

**1. (2024)***O desafio*

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na formulação de opiniões. Meu texto de hoje tem dois objetos: um é de memória de um centenário, outro é uma metodologia de pensamento.

Começo pela metodologia. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. O indivíduo é um evangélico fervoroso e, por causa da sua fé, evita ler um bom texto do Papa Francisco, por exemplo. Obviamente, o mesmo ocorre com o católico convicto em relação a outros credos.

Existem os que conhecem algo de uma referência, porém apenas tomaram contato com trechos, excertos, frases perdidas. Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. Como na parábola dos cegos que apalpam um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja a de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar em seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba.

Passemos ao centenário e à união dos dois temas. A 19 de setembro de 1921, ou seja, há cem anos, nascia o recifense Paulo Reglus Neves Freire. Filho de classe média urbana, enfrentou dificuldades, porém seguiu o curso de Direito e começou a lecionar português. Seu olhar agudo esbarrava em um grande problema do Brasil: a alfabetização de adultos. Os métodos tradicionais causavam desistência. Apenas para dar uma breve indicação do tamanho do desafio: em 1906, de cada mil habitantes do Estado de Pernambuco, 193 eram alfabetizados e 807 analfabetos. Na área aproximada da então capital Rio de Janeiro, a alfabetização ultrapassava 50% da população. Éramos um país rural e com poucos leitores. Deixamos de ser um país rural...

O quadro foi mudando lentamente ao longo do século 20, sem nunca ter conseguido eliminar a gravidade do analfabetismo. Como construir uma sociedade produtiva e minimamente justa com analfabetismo, letramento imperfeito, dificuldades estruturais de leitura e de interpretação de texto?

Paulo Freire concebeu um modelo de alfabetização novo. Partiu do universo dos alunos em um célebre experimento com cortadores de cana. Empoderou os alunos que deixaram de ser receptores passivos de uma escola informativa, baseada na memória e com autoridade do professor. Escreveu sobre alguns dos seus fracassos que motivaram aperfeiçoamentos no método.

(Leandro Karnal. O Estado de S.Paulo, 19 de setembro de 2021. Adaptado

Na passagem – Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse **mal**. – o termo destacado está empregado como

- (A) adjetivo, e refere-se à pouca atenção que as pessoas dedicam à leitura da Bíblia e das obras de Platão.
- (B) substantivo, e retoma o sentido da concepção que o evangélico e o católico têm das obras do Papa.
- (C) adjetivo, e qualifica os leitores evangélicos e os católicos como maus leitores da Bíblia.
- (D) advérbio, e intensifica o mal que a divergência de ideias da Bíblia e de Platão exerce sobre os homens.
- (E) substantivo, e reporta à ideia de que nem a obra de Platão nem a Bíblia são lidas na íntegra.

**1. (2023)**

A falsificação de selo destinado a controle tributário configura crime de

- (A) falsificação do selo ou sinal público.
- (B) falsificação de cartão.
- (C) reprodução ou adulteração de selo.
- (D) petrechos de falsificação.
- (E) falsificação de papéis públicos.

2. (2024)

A respeito do crime de petrechos de falsificação, previsto no artigo 294 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É crime próprio de funcionário público.
- (B) É crime de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- (C) Tem por objeto material o objeto (instrumento) destinado à falsificação de papéis públicos e particulares.
- (D) Admite a modalidade culposa.
- (E) É crime instantâneo e inadmite tentativa.

3. (2023)

Crime que tem a pena aumentada quando cometido por funcionário público que se prevalece do cargo:

- (A) falsidade de atestado médico.
- (B) falsidade material de atestado ou certidão.
- (C) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.
- (D) falsificação do selo ou sinal público.
- (E) falsificação de documento particular.

4. (2024)

Caio, comerciante, contratou Mévia para trabalhar como recepcionista na loja de sua propriedade, tendo procedido à anotação do contrato de trabalho na carteira profissional, mas com remuneração menor à efetivamente paga. Tício alterou o número do chassi constante do documento de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo. Seprônia, em petição protocolizada em processo em que atua como advogada, afirmou de forma inverídica a hipossuficiência de Mévio, seu cliente, para o fim da concessão da justiça gratuita. Mévio, por sua vez, cliente de Seprônia, firmou declaração inverídica de hipossuficiência, para instruir pedido de justiça gratuita.

**1. (2024)**

Caio, magistrado, casou-se, em abril de 2024, com Mévia, filha de Tércio, perito judicial. Posteriormente ao casamento, Caio verificou que Tércio atuou como perito judicial em processos que estão sob sua jurisdição.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funciona como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.
- (B) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atua como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.
- (C) Ainda que venha a se divorciar de Mévia, Caio não poderá exercer jurisdição nos processos em que Tércio funcionou como perito judicial.
- (D) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funcionou como perito judicial.
- (E) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atuou como perito judicial.

2. (2024)

Tendo em vista as causas de impedimento, suspeição e incompatibilidade previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez que o Ministério Público, no processo penal, é titular da ação penal pública e atua como parte interessada, a ele não se aplicam as regras de suspeição e impedimento.
- (B) O juiz que, anteriormente à investidura, atuou no processo como auxiliar da justiça não está impedido de exercer jurisdição no feito, já que a vedação é restrita às funções de advogado, promotor de justiça, delegado de polícia, perito e testemunha.
- (C) Nos júzos coletivos, não poderão servir no mesmo processo juízes que forem parentes consanguíneos entre si, em linha reta ou colateral, inexistindo proibição, contudo, quanto aos que forem parentes afins, em linha colateral.
- (D) A dissolução do casamento não faz cessar a causa de impedimento decorrente de parentesco por afinidade, ainda que ausente descendente. Contudo, faz cessar a causa de suspeição, ainda que sobrevier descendente.
- (E) O desembargador do Tribunal não poderá atuar em julgamento de recurso contra decisão proferida em processo em que ele próprio, atuando como juiz de primeiro grau, tenha se pronunciado sobre questão de fato ou de direito.

**1. (2023)**

A empresa X, representada pelo escritório de advocacia Y, propôs ação de obrigação de fazer em face do Município de Vila Verde. A ação foi distribuída por sorteio para a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vila Verde que tem como escrivão Eduardo. O Município foi devidamente citado e na contestação apresentou a alegação de que, dez dias após a propositura da petição inicial, um primo distante de Eduardo foi contratado, como advogado, pelo escritório de advocacia Y, fazendo com que Eduardo seja impedido de exercer suas funções no processo. Diante da situação hipotética, é **correto** afirmar que a alegação apresentada em contestação está

- (A) **incorreta**, uma vez que não se trata de impedimento e sim de suspeição.
- (B) **correta**, desde que o primo de Eduardo intervenha diretamente no processo.
- (C) **incorreta**, uma vez que não há qualquer tipo de impedimento na atuação de Eduardo como escrivão em um processo no qual seu primo seja advogado.
- (D) **incorreta**, uma vez que os motivos de impedimento e suspeição se aplicam apenas aos Juízes, membros do Ministério Público e demais sujeitos imparciais do processo.
- (E) **incorreta**, uma vez que o impedimento só se verificaria se o primo de Eduardo já integrasse o processo antes do início da atividade de Eduardo.

2. (2024)

Num processo judicial, uma das partes juntou aos autos documento elaborado por meio de instrumento particular, redigido na língua inglesa, sem tradução. O juiz deverá

- (A) indagar à parte contrária se tem conhecimento do idioma e se concorda com a juntada.
- (B) aceitar o documento apenas se conhecer o idioma utilizado para a confecção do documento.
- (C) determinar que a parte junte o documento acompanhado de versão para a língua portuguesa firmada por tradutor juramentado.
- (D) aceitar o documento, determinando a nomeação de tradutor público que deverá elaborar a tradução do documento.
- (E) aceitar o documento, determinando que a parte apresente versão do documento na língua portuguesa, feita por ela própria, se conhecer o idioma, ou mediante contratação de alguém que tenha conhecimentos para realizar a tradução.

3. (2023)

José solicitou ao juiz a expedição de certidão de dispositivo da sentença do processo judicial do divórcio de Paulo, alegando ser credor deste. Pode-se **corretamente** afirmar que:

- (A) o processo judicial de divórcio é público, razão pela qual o pedido deve ser deferido.
- (B) o pedido de José não pode ser atendido, pois o processo judicial de divórcio corre em segredo de justiça, não podendo, salvo para os familiares das partes, serem expedidas certidões.
- (C) se José comprovar interesse jurídico, por ser credor de Paulo, pode ter seu pedido atendido.

**1. (2024)**

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Para a doutrina majoritária, a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais se limita ao reconhecimento da existência de direitos e garantias de natureza individual, em paralelo ao disposto no art. 5º da Constituição Federal.
- (B) É a dimensão objetiva dos direitos fundamentais que possibilita que o titular do direito possa utilizar-se do Poder Judiciário para garantir sua observância.
- (C) Considerados em sentido duplo, pode-se sustentar que os direitos fundamentais cumprem, em regra, uma dupla função, abrangendo, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva e negativa.
- (D) De acordo com a teoria interna, há uma diferença entre os direitos fundamentais e as restrições a eles impostas.
- (E) Assim como na Lei Fundamental Alemã, a Constituição Federal contém norma expressa assegurando a titularidade de direitos fundamentais às pessoas jurídicas.

2. (2024)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, é **correto** afirmar que a Constituição Federal garante a

- (A) inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo dever do Estado incentivar o exercício dos cultos religiosos, bem como proteger os locais de culto e as suas liturgias.
- (B) criação de associações, independentemente de autorização, as quais somente poderão ter suas atividades suspensas por intermédio de decisão judicial, com trânsito em julgado.
- (C) livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, com a devida licença, e o acesso à informação, com resguardo do sigilo da fonte, se necessário ao exercício profissional.
- (D) gratuidade, aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, bem como as ações de habeas corpus e habeas data.
- (E) livre manifestação do pensamento, com o devido anonimato, bem como o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

3. (2024)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece que

- (A) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados, entre outros, a plenitude de defesa e o sigilo dos veredictos.
- (B) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- (C) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra o Estado brasileiro e a Administração Pública.
- (D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo vedada a pena de trabalhos forçados e de perdimento de bens.
- (E) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, entre outros, o tráfico ilícito de entorpecentes e os homicídios culposos contra a vida.

**1. (2025)**

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992).

- (A) As disposições da Lei no 8.429/1992 são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosa ou culposamente para a prática do ato de improbidade.
- (B) Em face de disposição expressa, aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei no 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- (C) Dolo é a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos da Lei, mas, em face da supremacia do interesse público, é suficiente a voluntariedade do agente.
- (D) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Tribunal de Contas competente, para as providências necessárias, sob pena de responsabilidade solidária.
- (E) As sanções da Lei no 8.429/1992 se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

2. (2024)

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (B) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa, uma vez comprovado o dolo ou a culpa.
- (C) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9o , 10 e 11 da Lei de Improbidade, bastando a voluntariedade do agente.
- (D) As sanções da Lei de Improbidade se aplicarão à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.
- (E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente em até 30 dias úteis, sob pena de responsabilidade.

3. (2024)

O sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa visa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, de acordo com os termos estabelecidos pela Lei no 8.429/1992. Acerca do tema, é **correto** afirmar que

- (A) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso para fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (B) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

**1. 2025**

De acordo com a Resolução nº 850/2021, o teletrabalho não será permitido quando:

- (A) houver redução de produtividade da unidade.
- (B) houver necessidade de uso de sistemas não informatizados.
- (C) o(a) servidor(a) estiver em estágio probatório.
- (D) gerar qualquer tipo de despesa ao Tribunal de Justiça.

2. 2025

Segundo o art. 5º da Resolução nº 850/2021, os(as) servidores(as) e magistrados(as) em regime de teletrabalho devem:

- (A) Receber do TJSP os equipamentos necessários ao desempenho remoto.
- (B) Providenciar, às suas expensas, todos os recursos físicos e tecnológicos necessários.
- (C) Utilizar apenas equipamentos fornecidos pela unidade de lotação.
- (D) Solicitar previamente à STI a homologação dos equipamentos antes do uso.

3. 2025

Sobre os direitos do(a) servidor(a) em teletrabalho, assinale a alternativa correta:

- (A) Tem direito ao auxílio-alimentação e ao auxílio-transporte.
- (B) Recebe somente o auxílio-transporte, por estar em regime remoto.
- (C) Tem assegurados os mesmos direitos do regime presencial, exceto o auxílio-transporte.
- (D) Não faz jus a nenhuma das verbas acessórias do trabalho presencial.

4. 2025

Nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, o percentual máximo de servidores(as) em teletrabalho, conforme a Resolução nº 850/2021, é de:

- (A) 30%
- (B) 50%
- (C) 70%
- (D) 100%

5. 2025

É vedada a participação em teletrabalho ao(à) servidor(a) que:

- (A) não tenha participado de curso de capacitação.
- (B) tenha sido promovido(a) recentemente.
- (C) esteja no primeiro ano do estágio probatório.
- (D) não tenha apresentado declaração de residência.



1. (2024)

No depósito de uma loja há determinado número de caixas dos produtos A, B, C, D e E. A tabela apresenta algumas informações sobre o número de caixas de cada produto.

Produto	No de caixas
A	4
B	8
C	x
D	2x
E	10

Após a compra de mais 4 caixas do produto C e nenhuma caixa dos demais produtos, a média aritmética do número de caixas desses 5 produtos passou a ser uma caixa a menos do que a média aritmética do número de caixas dos produtos D e E. A média aritmética do número de caixas desses 5 produtos, após a compra citada, passou a ser igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

2. (2024)

Eliana encomendou 3 pizzas para uma confraternização com seus alunos, dos seguintes sabores: a primeira pizza, metade muçarela, metade calabresa; a segunda pizza, metade frango, metade palmito; e a terceira pizza, um terço brigadeiro, um terço banana e um terço morango. A tabela a seguir apresenta os preços individuais das pizzas de cada um desses sabores, sendo que, para o cálculo do preço de uma pizza com mais de um sabor, é aplicada a média aritmética simples dos preços individuais dos sabores presentes na pizza:

Sabor	Preço
Muçarela	R\$ 37,50
Calabresa	R\$ 36,00
Frango	R\$ 45,50
Palmito	R\$ 48,00
Brigadeiro	R\$ 44,00
Banana	R\$ 38,50
Morango	R\$ 39,00

**1. (2024)**

Um usuário do MS-Windows 10, por meio do Explorador de Arquivos, ambos em configuração original, decidiu trabalhar em duas pastas locais de seu computador. A pasta Pasta1, contendo apenas os arquivos um.txt e dois.txt; e a pasta Pasta2, contendo apenas o arquivo tres.txt. O usuário acessa a Pasta1, seleciona os dois arquivos, pressiona Ctrl + C. Em seguida, acessa a Pasta2, seleciona o arquivo tres.txt, pressiona Ctrl + X e, por fim, Ctrl + V.

Considerando que o usuário tem permissão para executar todas as operações e que quaisquer mensagens do sistema foram confirmadas pelo usuário, ao final de todas as operações descritas, a Pasta2 possui

- (A) os arquivos um.txt, dois.txt e tres.txt.
- (B) os arquivos um.txt e dois.txt, apenas.
- (C) nenhum arquivo.
- (D) o arquivo tres.txt, apenas.
- (E) um arquivo chamado Cópia de tres.txt.

2. (2024)

Um usuário entrou em uma pasta local de seu computador, por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, contendo apenas 5 arquivos, todos do tipo txt, e viu a seguinte listagem de arquivos, cuja visualização está usando um determinado tipo de ordenação de arquivo

```
2_arquivo 1Arquivo
_2Arquivo
_1arquivo
_arquivo
```

O usuário, então, escolheu ordenar esses 5 arquivos usando o critério de nome do arquivo. O arquivo que ficará na terceira posição da ordenação é

- (A) 1Arquivo
- (B) _1arquivo
- (C) _arquivo
- (D) 2_arquivo
- (E) _2Arquivo

**1. (2024)**

Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

I. Pedro é um bom mecânico. FALSIDADE.

II. Juliana gerencia pessoas. VERDADE.

III. Marcos é um folgado. VERDADE.

IV. Isabel trabalha mais de 30 horas por semana. FALSIDADE.

Foram criadas cinco proposições compostas a partir das afirmações anteriores. Levando-se em conta o valor lógico de cada afirmação, a única alternativa cuja proposição é logicamente verdadeira é

(A) Se Marcos é um folgado, então Pedro é um bom mecânico.

(B) Isabel não trabalha mais de 30 horas por semana, e Juliana não gerencia pessoas ou Pedro é um bom mecânico.

(C) Marcos não é um folgado se, e somente se, Juliana gerencia pessoas.

(D) Se Pedro é um bom mecânico ou Isabel não trabalha mais de 30 horas por semana, então Marcos é um folgado.

(E) Juliana não gerencia pessoas ou Isabel trabalha mais de 30 horas por semana ou Pedro é um bom mecânico.

2. (2024)

Considere a afirmação composta condicional:

Se a probabilidade de passar é razoável, então eu estudo e não desanimo. Uma afirmação que corresponde à sua negação lógica é:

(A) Se eu não estudo e desanimo, então a probabilidade de passar não é razoável.

(B) Se a probabilidade de passar não é razoável, então eu não estudo e desanimo.

(C) A probabilidade de passar é razoável, e eu não estudo ou desanimo.

(D) A probabilidade de passar não é razoável, e eu não estudo ou desanimo.

(E) A probabilidade de passar não é razoável, ou eu não estudo e desanimo.

3. (2024)

Assinale a alternativa que seja logicamente equivalente à afirmação: Se o esforço é recompensado, então desistir não é a escolha.

(A) Desistir não é a escolha ou o esforço é recompensado.

(B) Se desistir é a escolha, então o esforço não é recompensado.

(C) Se desistir não é a escolha, então o esforço é recompensado.

(D) O esforço não é recompensado e desistir é a escolha.

(E) O esforço não é recompensado ou desistir é a escolha.